

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

Ata nº 01- Reunião Ordinária

Às oito horas e trinta minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e dezenove tem início a reunião ordinária do COMAD-PG com a seguinte pauta: Abertura pela Presidente do COMAD-PG Simone Sanson e Silva; Aprovação da Ata da reunião anterior; Projeto Renascer, da Penitenciária- Dra Danielle Garcez da Silva; Composição da Comissão Especial do Junho Branco; Agendamento das Comissões Permanentes; Informes gerais; Encerramento. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares: A Presidente Simone Sanson e Silva, Claudimar Barbosa da Silva, Felipe Augusto Scarpin, Francisca Júlia Camargo Dresch, Ir. Fabiane Maria Klein; José Carlos Tozetto Vettorazzi; Maira Martins de Holleben; Marilei Aparecida Mocelin; Mathilde Garcias da Luz, Odino Moro, Reni Aparecida Eidam, Romualdo Camargo. Conselheiros Suplentes: Fabiano Batista; Glaucia Wesselovicz; Henrique José Medeiro; Vera Rosi Lopes de Moraes. Estiveram ausentes e justificaram os Conselheiros: Alexandra Maria Stravatti, Alexandre Fernandes Madalozzo, Cyntia Drago Venâncio, Elter Taets Garcia, Izabelle Antunes, Francisco Kapfenberger Filho, Izabelle Antunes, Leni Aparecida Viana da Rocha, Luiz Carlos Almeida, Patrícia Mudrey Gorchinsk, Rosangela Zimovskei, Tania Daniel, Sonia Ramos Tosato, Tania Daniel, Tereza Lopes Miranda e Wanderlei dos Santos. Estiveram presentes também as convidadas Promotoras de Justiça do Ministério Público do Paraná Dra Danielle Garcez da Silva e sua Assessora Anny Caroline C. Jorge, Assistente Social do Ministério Público do Paraná Consuelo Szczetepa Lopes. A Presidente do COMAD-PG inicia a reunião cumprimentando a todos os presentes na reunião na primeira reunião do ano, desejando a todos um bom ano, bem produtivo a todos. Em seguida, a Presidente informa a pauta da reunião do COMAD-PG e coloca a ata da reunião anterior, apreciada previamente pelos conselheiros, para aprovação; a ata da reunião anterior é aprovada por unanimidade. Apresentam as convidadas a Promotora Doutora Danielle Garcez da Silva e sua assessora Anny Caroline C. Jorge, Assistente Social Consuelo Szczetepa Lopes do Ministério Público. A Presidente pede então que a Promotora Dra Danielle inicie sua fala sobre o Projeto Renascer da Penitenciária, Dra Danielle pede a cada um dos Conselheiros (as) se apresentem e digam qual Entidade representam. Dra Danielle fala das suas atribuições diz: sou Promotora de Justiça, Titular da Décima Terceira Promotoria de Justiça de Ponta Grossa e minha atribuição é o Sistema Penitenciário. Então toda parte da Vara de Execuções Penais, seja de Sistema Fechado que é a Penitenciária AAPG (?), o CRAPG (?) que é o Regime Semi-Aberto que está sendo extinto, sendo mudado para UP (Unidade de Progressão), ou seja, teve uma sentença seja condenatória passa a ser atribuição do Ministério Público, de como fiscal, como atuante, cai em minha pessoa. Sou responsável por todas as condenações em Ponta Grossa, independentemente do regime de cumprimento. Nas visitas à Penitenciária converso com os presos, para saber como está à saúde, a alimentação, o entrosamento com a família, tudo isso é questionado com eles, faço entrevistas com eles, converso com as Assistentes Sociais, com as Psicólogas, com o setor de Enfermagem, porque a minha atribuição não é somente cumprir a pena, cumprir a pena ali, entre aspas "é o de menos", porque eles estão enclausurados

46 ali, mas depois eles retornam para a sociedade e o que nós queremos como
47 Ministério Público, é a re-socialização para aquela pessoa para que ela não recaia
48 no mundo da criminalidade. Então vamos conversando, vendo e analisando,
49 percebemos nitidamente que temos um índice de população carcerária
50 extremamente deficitária de educação; nossa clientela de presos, de cumprimento
51 de pena é de baixa escolaridade, isso em nível nacional é assim e o problema
52 envolvendo alcoolismo e de drogas, ou seja, são dependentes químicos também.
53 Então pensando e repensando nessa situação, conversei com a Assistente Social
54 Consuelo, ela é bastante experiente, está conosco no Ministério Público há bastante
55 tempo, então pensamos num projeto em nível de penitenciária, porque não tenho
56 atribuições de fazer projetos envolvendo álcool e drogas para as escolas, abrir isso,
57 porque eu não tenho atribuição com crianças e adolescentes, isso é atribuição de
58 outras promotoras. E aí montei esse Projeto dentro da Penitenciária Estadual de
59 Ponta Grossa, descartei de início a Cadeia Pública Hildebrando de Souza, porque lá
60 a rotatividade de presos é muito grande, então a princípio a Cadeia Pública é
61 destinada para presos provisórios, então a pessoa chega, está presa, vai para as
62 audiências, espera sua condenação e a princípio quando é condenado ele já não fica
63 mais ali, ou seja, se fica, fica esperando uma vaga no Sistema Previdenciário de
64 pessoas condenadas e não mais de provisórios, ou seja, pode ir para qualquer
65 lugar. E isso colocaria em risco o Projeto. Então pensei em condenados que
66 tivessem um nível, um certo tempo a cumprir, para não comprometer o andamento
67 do Projeto, para trabalhar com aquela pessoa pelo menos no período de um ano,
68 mais ou menos o que imaginava que o Projeto seguiria. Dentro dessa linha de
69 raciocínio, junto com a Penitenciária, escolhemos quinze condenados. Então são
70 pessoas que não me interessou o tipo de crime que cometeram o que eu queria
71 saber deles se eles tinham dependência química, fosse álcool, fosse drogas, que
72 eles se intitulassem dependentes químicos. E isso ocorreu, eles têm problemas com
73 a dependência e lá dentro essa dependência está contida, porque não é segredo
74 nenhum para vocês, no Hildebrando entra drogas, eles usam drogas lá, é um
75 combate que a gente faz diurtunamente, mas pelo espaço, pela estrutura do
76 Hildebrando, pela capacidade que é para trezentas vagas e estamos com quase mil
77 lá dentro; infelizmente é um depósito de presos que não são trabalhados, não são
78 socializados. Na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa não entra bebidas, cigarro,
79 drogas em geral. Então se a pessoa efetivamente quiser se re-socializar, a pessoa
80 já estará um passo para que isso aconteça. Então a partir disso se iniciou o Projeto.
81 Primeiramente ele consistiu em entrevistas, a Assistente Social os entrevistou e
82 sentiu a necessidade deles, a questão da família que é crucial pra eles, porque o
83 dependente se não tem o apoio da família ele não levanta. Então tiveram várias
84 entrevista com assistente social, na seqüência tivemos entrevista com psicólogo, a
85 igreja foi até lá, teve uma entidade, Igreja ICP, que foi lá também e fizeram um
86 trabalho que eles adoraram. O Projeto está continuando e chegou num momento,
87 aí eu fui também, passei uma tarde muito agradável com eles, eu e a Anny fomos,
88 conversamos, eles tem muitas dúvidas na questão processual também, tiramos
89 suas dúvidas, foi um bate papo muito agradável, estão muito felizes com o Projeto,
90 estão se sentindo valorizados com o Projeto e isso está nos motivando cada vez
91 mais, quero que esse Projeto permaneça como uma atribuição do Ministério

192 Público. Chegou num momento que pensei bom, eles sendo trabalhados aqui na
193 unidade, vai chegar um momento que eles irão sair vocês estão acompanhando
194 pela imprensa a pressão que o Estado faz nas autoridades para abrir vagas, entrar
195 gente, então tem progressão antecipada, tornozeleiras eletrônicas, tem várias
196 coisas que estão colocando as pessoas condenadas antes do cumprimento da pena
197 em contato com a sociedade. Ai pensei, eles vão sair, pra onde eles vão quem eles
198 irão procurar? Comecei a discutir com a Anny e pensamos em procurar essas
199 Entidades, que eles vão ter um apoio quando saírem da Penitenciária. Daí veio o
200 Amor Exigente, o AA (Alcoólicos Anônimos), veio a Simone, porque o nome da
201 Simone foi falado em várias entidades porque ela estaria à frente do Conselho
202 Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas. Agora estamos numa fase do Projeto
203 que eu quero inserir esses órgãos dentro da Penitenciária, para fazer um trabalho
204 com eles que seria feito aqui fora, por exemplo, sou dependente e vou procurar o
205 AA, o AA vai até eles. O Amor Exigente está muito receptivo, querem prestar
206 serviço a eles, o que fazem aqui fora, estará fazendo lá dentro. O CAPS também foi
207 lá com o Psiquiatra, deu uma palestra fantástica pra eles de como a droga funciona
208 no corpo humano, eles não sabiam, foi uma palestra interativa e eles adoraram. O
209 Projeto está caminhando muito bem, só que preciso que essas entidades entrem,
210 façam seu trabalho. Queremos dar esse suporte para eles, para que quando eles
211 saíam tenham uma bagagem para dizer não a dependência; esse é nosso maior
212 objetivo. E nós sabemos que a criminalidade está diretamente relacionada ao uso
213 de drogas e álcool. A Maria da Penha comprova isso, pela quantidade de agressão
214 que ocorre por conta das drogas e álcool. Vocês conhecem o Projeto Semear? Nós
215 estamos sem representante do Ministério Público aqui no Projeto Semear, então eu
216 vou me comprometer com vocês a falar com a coordenadora do Semear para ver se
217 implantamos esse projeto em Ponta Grossa. Acho que isso vai ajudar muito
218 também o COMAD-PG, na atuação de vocês. O que gostaria de vocês, que primeiro
219 tomassem conhecimento de projeto da penitenciária e ver com vocês, o que o
220 conselho, como órgão pode nos auxiliar no projeto dentro da Penitenciária. Vocês
221 podem contribuir com uma palestra sobre drogas, não precisa ser nada muito
222 técnico, porque ele não tem alcance intelectual para isso, usem linguagem simples,
223 é assim que converso com eles, de igual pra igual, para que eles possam me
224 entender. Quero deixar bem claro que sou uma promotora rigorosa em questão ao
225 cumprimento da pena, porém sou zelosa no cumprimento dos direitos humanos.
226 Cuidando da saúde física e mental deles. Pois muitos entram são e saem com
227 sintomas de esquizofrenia. A clausura corroborada com a falta de atendimento
228 desenvolve outras anomalias neles. Eu como promotora não posso mudar o
229 sistema, mas posso amenizar suas dores de ser humano. Do conselho, quero saber
230 de vocês que, pode abrilhantar o projeto com suas experiências, disponibilidade de
231 passar uma tarde com eles. Se vocês quiserem permaneço na sala o tempo todo,
232 os agentes penitenciários ficam conosco o tempo todo, se vocês não se sentirem a
233 vontade lá tem uma grade, podem ficar do lado de fora da grade. Em outra reunião
234 vocês podem articular alguma atividade a qual querem fazer no projeto. A
235 Conselheira Irmã Fabiane pergunta se esse Projeto é somente para o público
236 masculino. E a Promotora responde que na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa
237 só tem masculino, o feminino está no Hildebrando de Souza, porque não tem mais

138 penitenciária feminina de regime semi-aberto no Paraná. A maioria das mulheres
139 está lá por ajudarem seus companheiros no tráfico de drogas, eles são presos e
140 elas assumem o posto para manter a família. As mulheres que estão no
141 Hildebrando de Souza, já condenadas, dão pra fazer com elas esse projeto. Ainda
142 há um risco de serem transferidas para Curitiba. O que dá pra fazer é conversar
143 com o diretor do Hildebrando para fechar com dez mulheres com o
144 comprometimento que elas não sejam transferidas, apesar de que muitas vezes as
145 transferências não dependam do diretor daqui. Mas pode-se tentar. O Conselheiro
146 Claudimar se apresenta como coordenador da Pastoral da Sobriedade e se coloca a
147 disposição para o Projeto. A Presidente Simone informa que em maio haverá um
148 curso para novos agentes da Pastoral da Sobriedade, havendo o convite também
149 para os agentes penitenciários. Em seguida, a Assistente Social do Ministério
150 Público, Consuelo fala sobre o que lhe compete no Projeto: a minha parte é o
151 contato com os presos, buscando fazer uma articulação com os familiares, pois é
152 algo que ocorre pouco dentro do sistema penal. Esse acompanhamento
153 psicossocial, que abrangesse a família, pensando no retorno dele ao convívio da
154 família. Meu papel foi fazer visitas domiciliares, ter contato com toda família e a
155 partir disso traçar um diagnóstico, um perfil desse preso. É um grupo pequeno
156 perto do universo todo da população encarcerada, mas a partir desse universo
157 pequeno podemos abrir ações maiores, pensando em questão de fluxo de rede, de
158 acionar serviços que de repente não estavam tão atrelados ao atendimento ainda a
159 essa população encarcerada. Então, estamos finalizando as visitas, de modo geral
160 posso dizer que por parte da família sempre há aquela esperança do retorno.
161 Fortalecer esse vínculo é muito importante para quem está saindo, pois eles voltam
162 pra mesma realidade que estavam quando cometeram o crime. Com esse
163 diagnóstico, com o contato com a família, buscamos fazer um levantamento da
164 rede de proteção, não só desse preso, mas também da família. Então assim, qual é
165 o acesso às Políticas Públicas? Por exemplo, o acesso a política pública de saúde,
166 desde a unidade básica de saúde do seu bairro, até um atendimento especializado,
167 essa pessoa tem uma dependência química e nunca passou por nenhum tipo de
168 tratamento, nem por um serviço especializado, nem por uma comunidade
169 terapêutica, ela cai no sistema penitenciário, mas ela nunca passou por uma rede
170 protetiva de saúde antes. São fatos que acabam sinalizando que na verdade nosso
171 fluxo está errado, pois a polícia chega antes que o agente comunitário de saúde, e
172 a coisa vai só se agravando. Não tem acompanhamento do sistema de assistência
173 sócia, o CRAS não atende, não tem referencia do CREAS, já tem situação de
174 violação de direito daquela família, ela nunca foi assistida por equipamentos. A
175 questão da escola, a população carcerária como um todo tem essa defasagem
176 escolar, muitos falam que queriam muito ter terminado os estudos, mas tiveram
177 que parar pra trabalhar muito cedo pra ajudar a família. O Conselheiro Claudimar
178 pergunta se tem escola dentro da penitenciária e a doutora Danielle informa que
179 sim, o EJA trabalha com eles, fazem provas do ENEM. Consuelo continua: diz que a
180 partir desse estudo poderá traçar um perfil, desse grupo específico, mas estamos
181 conseguindo perceber que na verdade esse estudo embora ele seja dentro d em
182 grupo bem pequeno, que ele retrata mais ou menos a realidade da população
183 carcerária como um todo. E a proposta a partir do projeto é justamente expandir,

184 pra pensarmos em articulação de rede municipal, em especial da RAPS – Rede de
185 Atenção Psicossocial, então quando falamos em RAPS me vem o COMAD como
186 gestor de toda essa articulação e o Ministério Público agindo como parceiro nesse
187 sentido. Então até por isso previamente pedimos a deliberação da última
188 Conferência Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, que foi realizado no ano
189 passado. E ali tem uma deliberação que está relacionada com a população
190 carcerária. A idéia é que isso acabe se dando antes da pessoa sair da cadeia, que
191 esses órgãos, que essa rede protetiva e essa atenção básica cheguem à família
192 antes que esse preso retorne e que a gente construa uma proposta de trabalho
193 concreto a partir da idéia do projeto. A proposta do Eixo 5 (cinco), proposta de
194 Nero 3 (três) da II Conferencia Municipal diz o seguinte: levantar um diagnóstico
195 que correlacione o tema das drogas ao fenômeno da violência, sobretudo com a
196 população carcerária e as escolas. Então isso implica uma responsabilidade do
197 COMAD, que estabelecer esse tipo de estudo, através da perspectiva de pesquisa,
198 estudos e avaliações e que hoje por meio do Projeto Renascer seria uma temática
199 que muito nos interessa em contribuir no primeiro momento assumir um
200 compromisso com vocês, se a Dra. Danielle concordar, à partir desse estudo esteja
201 concluído, desse perfil desse grupo, trazer aqui, apresentar pra vocês quais foram
202 os achados e do que seria necessário a partir disso, pensando na realidade da
203 comarca de Ponta Grossa, de fortalecimento de rede mesmo. Acho que o COMAD
204 por excelência, hoje é o gestor disso tudo. Devemos unir forças e juntar as ações
205 nesse sentido. A Presidente Simone fala que o COMAD chegou ao ponto, precisava
206 de uma regulamentação anterior, em questão da revisão da lei, de criação do
207 Conselho, foi atualizado tudo isso, foi constituído, revisto o Regimento Interno,
208 todos os conselheiros participaram disso, o fundo agora precisará ser dinamizado e
209 agora estamos iniciando a fase científica do Conselho, estamos dispostos a fazer
210 esse levantamento; ano passado foi disparado um Levantamento Diagnóstico, foi
211 uma iniciativa da conselheira Francisca Julia e também temos a representação do
212 SESI/SENAI que tem o contato com as indústrias que poderá chegar fechar o ciclo
213 na questão da ressocialização. Consuelo continua falando que a partir desse
214 Projeto, em união com a rede, de quinze pessoas pode-se ampliar para duzentas
215 famílias em atendimento. Consuelo cita a conversa que teve com a Dra Danielle
216 sobre o CIS, da possibilidade de expandir a rede nos municípios, sugere uma
217 reunião com os integrantes do CIS e a coordenadora do Projeto SEMEAR, Núcleo
218 Regional de Educação, Terceira Regional de Saúde onde teremos representantes
219 estratégicos. A Presidente Simone fala da importância desse atendimento na
220 comarca de Ponta Grossa, bem como nos Municípios que fazem parte do CIS –
221 Centro de Integração Social. Fala ainda que o COMAD não é um órgão executor,
222 porém a rede sim, para assumir isso. Cita como exemplo as Comunidades
223 Terapêuticas que vem pessoas do Brasil todo e os municípios menores nos buscam
224 como referência. Ponta Grossa tem os recursos e atende todas as estâncias da
225 rede. Então não podemos nos furtar de oferecer um serviço adequado, estruturado,
226 mesmo com dificuldades. Simone cita que o Dr. Claudimar é o Coordenador do CIS
227 bem como o Vice coordenador Maricelso Ribeiro representante do município de Piraí
228 do Sul. Informa ainda que a reunião do CIS será em março e a idéia é que sejam
229 realizadas quatro reuniões durante o ano. Dr. Claudimar fala das ações que foram

230 realizadas durante todo esse período de existência do CIS. Consuelo fala das
231 pessoas chaves dentro dos municípios que poderiam estar mobilizando, conhecendo
232 a nossa rede para servir de apoio ao nosso trabalho. Foi citado o nome do Dr.
233 Antonio que atua em Piraí do Sul como Promotor do Ministério Público. A
234 Conselheira Marilei fala que antes de tudo o problema da droga é algo que envolve
235 saúde pública, essa idéia do Projeto Renascer de fazer um levantamento com as
236 famílias dos encarcerados, sugere que façamos uma parceria com a UEPG para
237 formar uma rede mais técnica, a partir dessas informações fortalecer a rede e
238 pergunta a Consuelo o que ela acha. Consuelo responde que acha bem
239 interessante. A presidente Simone comenta que temos representantes da UEPG no
240 COMAD e que a Universidade Estadual de Ponta Grossa é uma grande parceira nas
241 atividades, seção de espaço, de profissionais, custeio de material através da
242 imprensa universitária. Marilei disse que os alunos tem horas extracurriculares
243 determinadas e que poderiam usar para esse tipo de trabalho. O Conselheiro Dr.
244 Claudimar informa que haverá substituição das Conselheiras representantes da
245 UEPG que em abril se aposentarão e que logo teremos os nomes dos novos
246 representantes. Consuelo comenta que poderia consultar o Projeto SEMEAR se já
247 existe o diagnóstico, caso eles não tenham esse diagnóstico que seja feito uma
248 parceria com a UEPG para fortalecer esse diagnóstico. Simone comenta que teria
249 que ser um trabalho fortalecido por Lei, para que possa ser assegurado a
250 continuidades dos trabalhos realizados, seria em caráter de políticas publicas e não
251 um trabalho personalizado. Consuelo disse que tudo isso será colocado no papel e
252 apresentado a Plenária, e que se for deliberado os processos dos trabalhos a gente
253 pode articular várias ações a partir disso. A Conselheira representante da APP
254 Sindicato Vera Rosi fala que gostaria que esse Projeto fosse enviado a essa
255 Instituição, para que fosse debatido nas escolas a prevenção com os alunos e mais
256 informação para os professores. O Conselheiro Medeiro acrescenta a fala da
257 professora Vera Rosi, que fala sobre o índice baixo de uso de drogas dentro das
258 escolas porque a escola protege muito as crianças e adolescentes. Conta também
259 sobre sua experiência em dar aula para presos, o quanto foi gratificante e
260 recomenda aos conselheiros que participem do Projeto pelo resultado que tem.
261 Presidente Simone fala que essa reunião foi a primeira conversa sobre o Projeto,
262 que aguarda o retorno de interesse dos conselheiros a modo de retribuir e trazer
263 resultados. Fala também que devido ao tempo de reunião, não serão deliberadas
264 outros assuntos da pauta e finaliza a reunião. A Presidente agradece a presença de
265 todos. Sem nada mais a tratar encerra-se a reunião e eu Arlete Maria Gouvêa lavrei
266 a presente ata que será assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Ponta
267 Grossa, 21 de novembro de 2018. Simone Sanson e Silva, Presidente do COMAD-
268 PG.